

## REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

Elton Oliveira da Silva <sup>1</sup>  
Ivan Targino Moreira <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os processos de regionalizações do Estado da Paraíba, desde os primeiros registros documentados até os trabalhos atuais. A partir daqui poderemos averiguar as diferentes regionalizações do Estado, em especial o lugar do Brejo Paraibano nesse processo. Para que pudéssemos realizar esta etapa da pesquisa tivemos que lançar mão de um levantamento bibliográfico e documental mais específico, também foram realizadas pesquisas de campo, mais precisamente na sede local (João Pessoa) do IBGE. Por fim, realizamos levantamento de dados secundários que nos possibilitasse aferir e atualizar as informações contidas nas bibliografias consultadas, finalizando com a consulta e elaboração de material cartográfico. Para chegarmos nesses resultados preliminares nos baseamos em Moreira (1988) que aponta e analisa as divisões propostas por Beaurepaire Rohan (1861), Irineu Joffily (1898), José Américo de Almeida (1922), Pimentel Gomes (1939), Luís Ribeiro Coutinho (1948), Lauro Pires Xavier (1952) e Leon Clerot (1969). Dessa forma, percebemos que a nova regionalização, diferente das anteriores, limita-se a poucos aspectos da realidade, os elementos físicos não são citados, como também qualquer menção à como a organização do espaço agrário influenciou em algum nível essa regionalização.

**Palavras-chave:** Regionalização, Paraíba, Brejo Paraibano.

### ABSTRACT

The aim of this article is to analyse the processes of regionalisation in the state of Paraíba, from the first documented records to current work. From here we will be able to look at the different regionalisations of the state, especially the place of Brejo Paraibano in this process. In order to be able to carry out this stage of the research, we had to make use of a more specific bibliographical and documentary survey. Field research was also carried out, more precisely at the local IBGE office (João Pessoa). Finally, we collected secondary data that would enable us to check and update the information contained in the bibliographies consulted, finalising with the consultation and preparation of cartographic material. To arrive at these preliminary results, we based ourselves on Moreira (1988), who points out and analyses the divisions proposed by Beaurepaire Rohan (1861), Irineu Joffily (1898), José Américo de Almeida (1922), Pimentel Gomes (1939), Luís Ribeiro Coutinho (1948), Lauro Pires Xavier (1952) and Leon Clerot (1969). In this way, we can see that the new regionalisation, unlike the previous ones, is limited to a few aspects of reality: the physical elements are not mentioned, nor is there any mention of how the organisation of the agrarian space influenced this regionalisation at some level.

**Keywords:** Regionalisations, State of Paraíba, Brejo Paraibano.

---

<sup>1</sup> Doutorando do curso de Pós graduação da Universidade Federal da Paraíba, [elton.geo@hotmail.com](mailto:elton.geo@hotmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor e docente do PPGG-UFPB, [ivantarginomoreira@yahoo.com.br](mailto:ivantarginomoreira@yahoo.com.br).

## **INTRODUÇÃO**

As regionalizações são produto de um processo maior que se inicia em primeiro plano como um desdobramento do reconhecimento de espaços/territórios em suas diferenças e semelhanças, através da organização espacial. No geral, dividir áreas da superfície terrestre, Estados nação e/ou suas formas de se organizar internamente, em regiões podem ser perpetradas pelo Estado, através de seu aparato institucional, por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento ou os dois em conjunto, seja no passado ou na atualidade.

Regionalizar significa também pensar quais critérios serão utilizados para diferenciar uma região da outra, que podem ser políticos, econômicos, sociais ou ambientais, isso vai depender dos objetivos da regionalização proposta. Da mesma forma que essa ação se dá em território nacional também se apresenta em outras escalas, mais comumente utilizando as unidades da federação (o Estado) como a base de referência territorial.

O caso do Estado da Paraíba não foge à regra desse processo, seja pela busca das especificidades locais resultando assim numa regionalização sem maiores conexões com os processos nacionais, seja como desdobramentos de políticas territoriais a nível nacional, que se fizeram presente notadamente após a criação do IBGE e posteriormente da SUDENE. Se anteriormente apontamos para as dificuldades de se pensar a divisão do Brasil em períodos anteriores à criação dessas instituições, é ainda mais difícil pensar na situação do Estado da Paraíba, onde a ideia de regionalizar as antigas províncias, dadas as condições da época, era ainda é mais complexa.

Desse forma, este artigo tem como objetivo analisar os processos de regionalizações do Estado da Paraíba, desde os primeiros registros documentados até os trabalhos atuais. A partir daqui poderemos averiguar as diferentes regionalizações do Estado, em especial o lugar do Brejo Paraibano nesse processo. Neste trabalho trazemos um dos pontos que está sendo aprofundado na nossa pesquisa de tese.

Cabe não apenas aqui apresentar as regionalizações, mas também trazer um debate teórico e metodológico que norteou todas as formas de divisão que serão apresentadas. As perspectivas e leituras sobre espacialidade, região e regionalização que vão de concepções positivistas até compreensões marxistas sobre o tema, as quais dialogam melhor com a construção da nossa ideia de pensar os processos de divisão regional a partir da historicidade,

ação do Estado e a reprodução espacial do modo de produção (capitalista). Todas as propostas que serão apresentadas demonstram não apenas o pensamento de autores ou de um conjunto deles a serviço de órgãos como IBGE, mas também um contexto maior político e econômico em que se encontrava o Brasil nesse mais de um século do pensamento regional brasileiro.

## **METODOLOGIA**

Para que pudessemos realizar esta etapa da pesquisa tivemos que lançar mão de um levantamento bibliográfico e documental mais específico, relacionado à produção teórica e técnica sobre as divisões regionais no estado da Paraíba, assim como ao arcabouço teórico sobre a formação territorial do Estado, sobre a discussão relacionada com a regionalização e em menor grau sobre conceito de região.

Também foram realizadas pesquisas de campo, especificamente na sede local (João Pessoa) do IBGE, onde foi realizada uma entrevista com o responsável do setor de supervisão de disseminação de informações. Também realizamos um levantamento de dados secundários que nos possibilitasse aferir e atualizar as informações contidas nas bibliografias consultadas, por fim a consulta e elaboração de material cartográfico.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para chegarmos nesses resultados preliminares nos baseamos em Moreira (1988) que aponta e analisa as divisões propostas por Beaurepaire Rohan (1861), Irineu Joffily (1898), José Américo de Almeida (1922), Pimentel Gomes (1939), Luís Ribeiro Coutinho (1948), Lauro Pires Xavier (1952) e Leon Clerot (1969). A autora também faz um estudo prévio sobre as microrregiões homogêneas na Paraíba. Para a compreensão dos estudos da SUDENE, utilizamos Melo (1988) que nos traz propostas com base no espaço agrário e, por fim, os trabalhos do próprio IBGE (1940/60, 1976, 1990 e 2017), além de demais autores e instituições que trouxeram contribuições para os estudos locais sobre regionalização. Quer sejam elas específicos para o Estado da Paraíba, quer sejam pensados numa outra perspectiva de escala, ou seja, para o conjunto da região Nordeste e que traz questões referentes à Paraíba.

No Estado da Paraíba, os primeiros registros de regionalização apareceram em meados do século XIX, ainda que consideremos a divisão do território brasileiro em capitanias como uma forma de recorte territorial, porém sem uma base regional de discussão, mas que auxiliou na formação das províncias, atuais estados.

Tendo em vista que a criação da capitania real da Paraíba tenha se dado no final do século XVI, pertencente até então a Capitania de Itamaracá, tomamos a partir desse período nossa

busca por estudos, textos e documentos que indicassem alguns tipos de divisão regional, ainda que de maneira simplória e incipiente.

De uma forma mais geral temos uma divisão mais básica no período inicial da colonização, o Litoral canaveiro, o Agreste policultor-pecuarista e o Sertão pecuarista, com base na divisão territorial do trabalho, caracterizado dessa forma dentro da lógica do Espaço colonial dependente. Mesmo que essa configuração inicial pareça simples, ela é a base para diversificação, produção e reprodução do espaço paraibano à época, pois à medida que as relações de produção se complexificavam as diferenças se materializam na paisagem, produzindo espaços que se diferenciavam entre si. Como fica evidente na descrição de Moreira (1990):

A ocupação e o povoamento inicial do Agreste e Sertão (3) acham-se relacionados à evolução da atividade canaveira desenvolvida no Litoral. No período de apogeu da atividade, a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades agrícola e pecuária. Isto resultou numa divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção de açúcar e o interior (Agreste e Sertão) para a produção do gado e gêneros alimentícios. A retratação da economia açucareira, na segunda metade do século XVII, por sua vez, contribuiu para o povoamento do Agreste, por liberar mão-de-obra e forçar a migração em direção ao interior.

Contudo, em termos teleológicos, os primeiros estudos que pensam numa divisão regional do território paraibano vão aparecer apenas no final do século XIX, com o trabalho de naturalistas, historiadores e viajantes, não sendo dessa forma, trabalhos específicos de pesquisadores em geografia, o que não deixa de ser por esse motivo uma contribuição importante. Posteriormente, teremos estudos mais elaborados e por consequência divisões mais criteriosas, com maior número de variáveis. Deve-se a isto o afloramento do debate regional no Brasil a partir das intervenções oriundas do primeiro período varguista e a criação de aparelhos institucionais de Estado que fomentavam pesquisas sobre a diversidade e desigualdades do território brasileiro. Como bem afirma Matos (2015): “Assim, como parte da política nacional, o governo varguista passa a inserir a divisão regional no conjunto de medidas visando a reafirmação da identidade nacional.” (p.9)

Os critérios utilizados para estas regionalizações iniciais se fundamentavam principalmente em aspectos da natureza, ou de uma forma mais isolada ou a combinação de vários desses aspectos. Contudo não podemos dizer que se trata exclusivamente de regiões naturais, uma vez que apesar de levarem em consideração os elementos naturais, para algumas destas divisões não era o único critério. Essas regionalizações como bem aponta Moreira “apresentam, grosso modo, três tendências: 1) identificação e delimitação de regiões naturais;

2) a identificação e delimitação de regiões geográficas; 3) a identificação e delimitação de espaços agrários” (1989 p. 11).

Ao longo da primeira metade do século XX, tivemos outras tentativas de divisão regional para Paraíba, mas muito incipientes e sem registros cartográficos, por exemplo, já que em sua maioria eram realizados por não geógrafos. A partir da criação do IBGE e este tendo entre suas atribuições pensar e construir a organização do território brasileiro, tivemos propostas de regionalização oficiais, que se tornaram base para os dados estatísticos e para fins de planejamento regional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da segunda metade do século XIX nos é apresentada a divisão da Paraíba segundo Beaurepaire Rohan em sua obra **Corografia da Província da Parahyba do Norte**, em 1861. Trata-se de uma obra descritiva de vários dos aspectos da formação do espaço provincial, com destaque para as paisagens naturais que o compõem. Ele dividiu o estado em três zonas com base na associação da cobertura vegetal com o relevo. São a 1ª Zona: o domínio das matas, dos tabuleiros e caatingas; 2ª Zona: domínio da Borborema (cactus e bromélia) e a 3ª Zona: domínio do Sertão (cactos e carnaúbas).

Nota-se que a distribuição da flora foi o elemento fundamental, distribuídas pelos compartimentos de relevo, principalmente representados pelos Tabuleiros Costeiro e o Planalto da Borborema, não tendo deixado claro se o Sertão estaria associado à depressão sertaneja (ver Figura 1). Outro ponto a ser observado são as linhas tracejadas na primeira zona, fazendo uma distinção mais nítida entre a Planície Litorânea e os Tabuleiros, mesmo não a nomeando. Nessa divisão, o Brejo não é identificado, pois o objetivo é a representação numa perspectiva mais macro, não evidenciando tanto os detalhes e as particularidades dentro das três grandes zonas.



**Figura 1- Zonas Naturais de Beaurepaire Rohan**

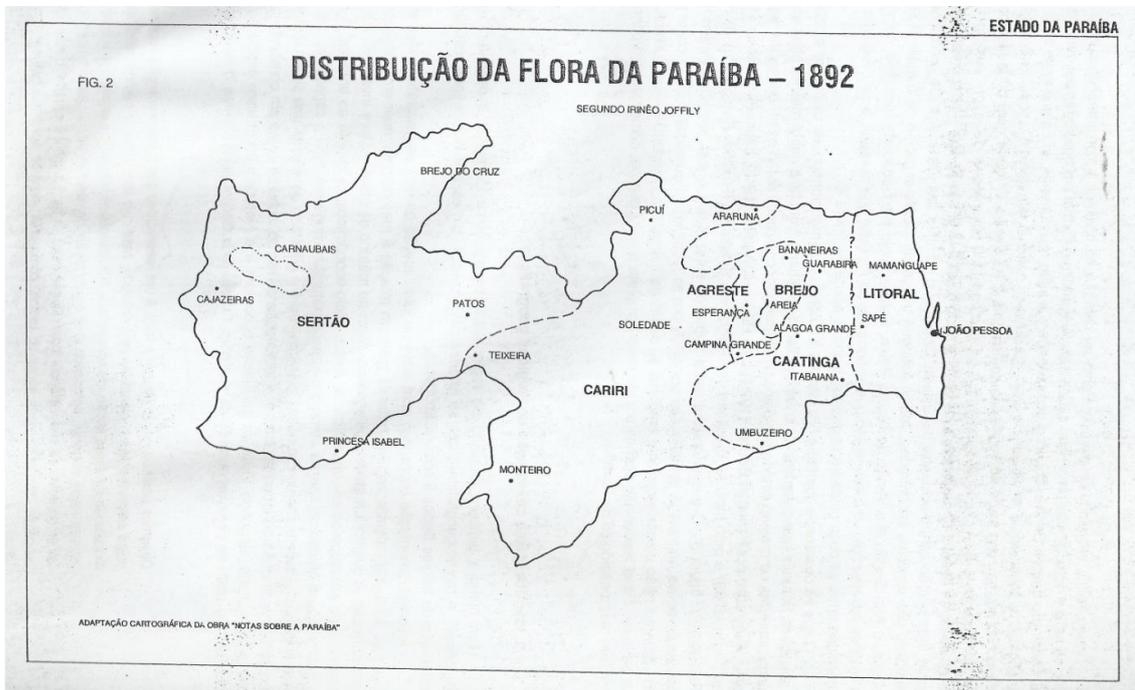
Fonte: Moreira, 1989.

Em relação a Irineu Joffily, temos sua divisão no ano de 1892, onde ele apresenta de maneira mais detalhada, trazendo mais divisões e subdivisões do que a última divisão. Este autor ainda se baseia em aspectos do meio físico, só que em relação ao anterior, Joffily acrescenta mais elementos, que além do aspecto florístico, nos traz sua relação com clima e solo, enriquecendo a representatividade do quadro natural nas diversas formas regionais apresentadas até então (Joffily, 1892). De leste-oeste ele considerou como regiões o Litoral, Caatinga, Brejo e Sertão (ver Figura 02). Cabe aqui fazer alguns importantes destaques nessa divisão, a primeira é uma subregião chamada Agreste, entre o Brejo e o Sertão, constituindo-se como uma área de transição. Dentro do Sertão temos o Cariri e “o Alto Sertão e o Sertão do Rio do Peixe.” (Moreira, 1989 p. 13). Ainda é destacada uma área delimitada no Alto Sertão denominada de Carnaúbas, onde ao meu ver, se trata de um resquício da divisão de Beaurepaire Rohan, em que se evidencia uma área diferenciada do ponto de vista florístico dentro da Caatinga. A relação vegetação/clima são os elementos fundamentais, associados em alguns casos com o relevo. A partir dessas duas divisões, concordando Moreira que coloca que,

O que se depreende dos trabalhos citados, é o objetivo já mencionado, de identificar e delimitar as paisagens naturais que caracterizam o espaço físico paraibano. Imbuídas dessa mesma preocupação e fundamentadas no mesmo critério ecológico de diferenciação espacial estão as tentativas de regionalizações elaboradas por Pimental Gomes (1939), Luís Ribeiro Coutinho (1948), Lauro Pires Xavier (1952) e Leon Clero (1969)[..]. O que diferencia os trabalhos entre si é que ora eles ora acrescentam novas



unidades espaciais àquelas já identificadas por Joffily ora as redelimitam ou as subdividem como resultado da ampliação do conhecimento empírico da realidade fisiográfica estadual(1989, p. 13).



**Figura 02- Regiões Naturais segundo Irineu Joffily**

Fonte: Moreira, 1989.

Chama atenção que pela primeira vez nos é apresentando o Brejo Paraibano, com uma delimitação mais simples, porém como não se leva em consideração os limites dos municípios que compõe as regiões, se dá uma maior liberdade para o autor se ater ao quadro natural para a divisão proposta. Os municípios de Areia e Bananeiras já aparecem como parte do Brejo, enquanto que Alagoa Grande se encontra fora dessa delimitação e é parte da microregião do Brejo, segundo a regionalização de 1990. Interessante perceber que aqui o Brejo não é uma subregião do Agreste, é justamente ao contrário, nessa caso em específico o Agreste enquanto zona de transição faz parte da região maior que seria o Brejo, ampliando sua concepção.

### **Das Zonas Fisiográficas do IBGE à Regiões Geográficas**

Como vimos no capítulo anterior, a divisão regional de 1945, foi a primeira regionalização feita pelo IBGE, produzida a época pelo Conselho Nacional de Estatística, e se tornou base para o uso pelos censos, para a utilização no planejamento estatal e para o ensino. A outra novidade foi a subdivisão das unidades da federação em regiões menores que



funcionavam como escala intermediária entre os municípios e os estados. Obviamente o Estado da Paraíba não ficou apartado desse processo. A divisão se deu ainda com base em elementos da natureza, e que de certa forma trouxe o legado das outras propostas, principalmente em relação a topônimo utilizada. Dessa forma o Estado foi dividido em oito zonas fisiográficas: Litoral e Mata, Agreste e Caatinga Litorânea, Brejo, Agreste e Caatinga Central, Médio Sertão dos Cariris Velhos, Seridó, Baixo Sertão do Piranhas e Alto Sertão (ver Figura 03).

As Zonas fisiográficas a despeito da denominação baseada no meio físico, levavam em consideração alguns elementos socioeconômicos associados à corrente possibilista da junção de componentes naturais e humanos. Compete evidenciar que o Brejo se manteve como unidade regional separada e outros espaços regionais foram evidenciados, como o Seridó e a divisão do Sertão em duas regiões diferentes. Em 1960, houve uma atualização que produziu algumas modificações, na Paraíba o Alto Sertão foi dividido em dois: o Sertão do Oeste (na divisa com o Ceará) e o Sertão Alto, que acompanha o desenho da Serra do Teixeira na divisa com Pernambuco.



**Figura 03- Divisão em zonas fisiográficas do IBGE**

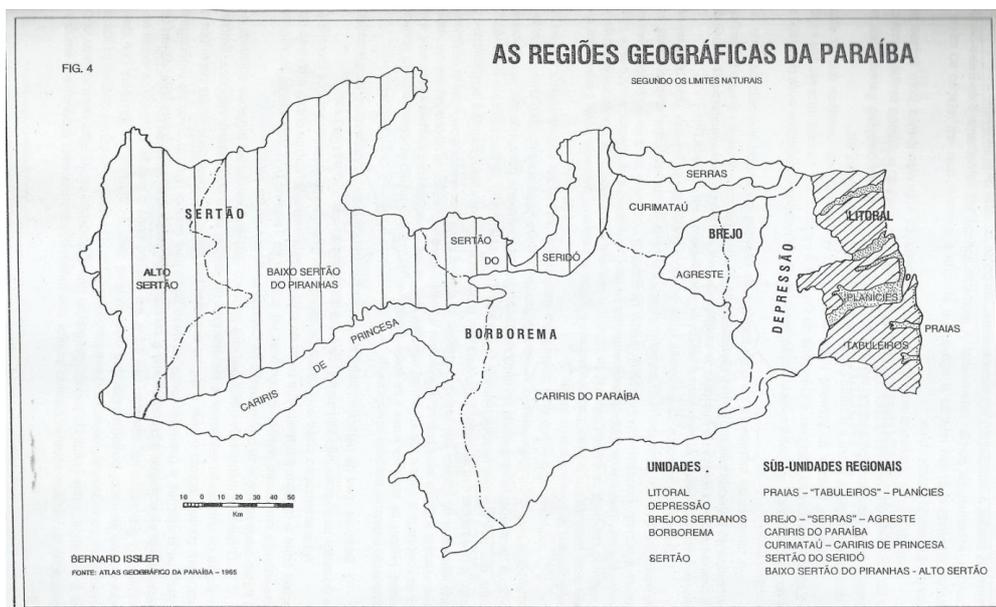
Fonte: Moreira, 1989

O debate sobre como atualizar as divisões regionais para uma perspectiva que trouxessem de fato novos conceitos e paradigmas, principalmente relacionados à ideia de Região geográfica e não mais Região Natural, se fortaleceram no Estado da Paraíba a partir da década de 1960.

Com o objetivo de preencher as brechas deixadas com as regionalizações anteriores, o Departamento de Geografia da Universidade Federal da Paraíba em convênio com o Centro de Pesquisa da França (Moreira, 1989), realizou uma divisão regional, que além de utilizar os aspectos da natureza já estabelecidos anteriormente, trouxeram elementos baseados em dados socioeconômicos, dando ênfase ao uso do solo. A divisão se deu criando unidades, que seriam as macroregiões, e unidades menores que pertenciam às unidades maiores, as subregiões, sendo dividido em **Litoral**: Praias, Tabuleiros e Várzeas; **Depressão**; **Brejos Serranos**: Brejos, Serras e Agreste; **Borborema**: Cariris da Paraíba, Curimataú e Cariris de Princesa; **Sertão**: Sertão do Seridó, Baixo Sertão do Piranhas e Seridó (ver Figura 04). Aqui como em Joffily, o Brejo aparece como uma unidade regional separada do Agreste, mas dentro dos chamados Brejos Serranos, segundo Cavalcante (?) “o Brejo vem a ser uma região bem dotada climaticamente, de bons solos e de farta produção sempre colocada em porções elevadas do relevo”(?).

Essa divisão focava na combinação de fatores físicos e humanos dentro de uma combinação mais tradicional do que se entendia por Região Geográfica, porém afastando-se do determinismo ambiental. Trazia na verdade uma ideia de espaços homogêneos, cuja aproximação teórica se enquadrava mais numa perspectiva próxima à lablachiana. A definição de cada região obedeceu a uma série de procedimentos metodológicos, quais sejam:

(...) a) o estudo da correlação dos fatos geográficos; b) interpretação dos fatos a partir da correlação entre os aspectos naturais e sócio-econômicos; c) técnica de superposição de mapas de cada fato da Geografia quer física, quer humana; d) viagens de reconhecimento. Na determinação da nomenclatura das regiões buscou-se harmonizar o critério metodológico com a toponímia local (Moreira, 1989 p. 16).



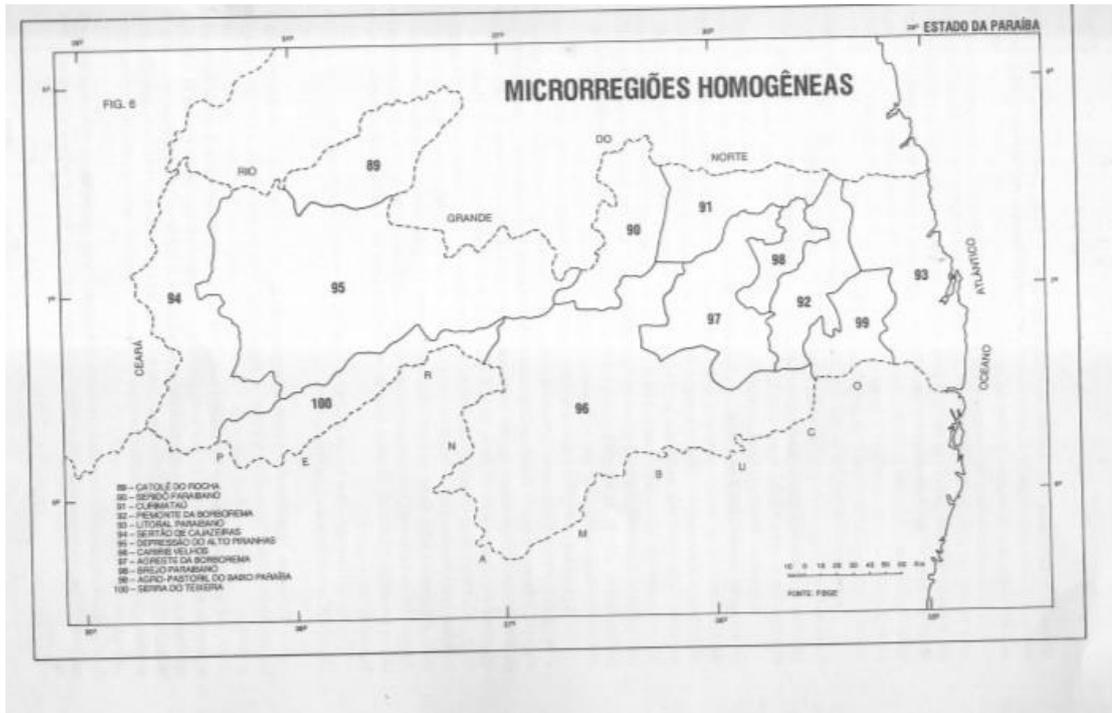
**Figura 04- Regiões Geográficas da Paraíba – Departamento de Geografia**

Fonte: Moreira, 1989.

Nos anos de 1970, a proposta de divisão foi baseada nas microrregiões homogêneas e posteriormente mesorregiões, que foram divididas obedecendo a critérios estabelecidos nacionalmente de agrupamentos de municípios que possuem certa homogeneidade, como características físicas, sociais e econômicas (IBGE,1977). A ideia de “homogeneidade” estava em voga com os conceitos de padrões espaciais oriundos da Geografia Teorética, que pensavam a região como espaços homogêneos onde se aproximavam ou se distanciavam conforme fosse o grau de semelhanças ou diferenças intrarregionais. Metodologicamente foi conferido determinado grau de homogeneidade aos municípios pertencentes a determinadas região para se poder obter uma certa generalização da informação.

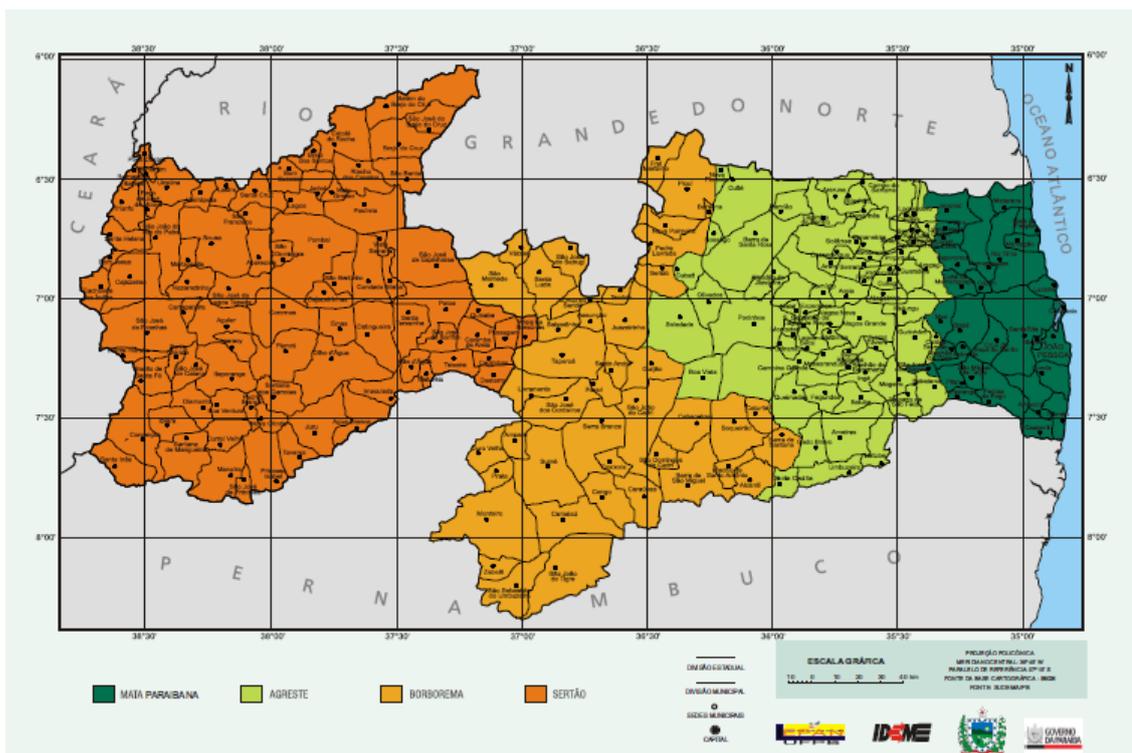
Deste modo era necessário definir-se um conjunto de variáveis que permitisse realizar uma delimitação regional adequada aos objetivos visados. Daí ter-se escolhido um conjunto de variáveis dos Censos Demográficos e Econômicos, que levaria as áreas homogêneas baseadas em informações censitárias mais detalhadas (IBGE, 1977 p. 30).

Dessa forma foi possível identificar na Paraíba 12 microrregiões homogêneas a saber: a) Catolé do Rocha; b) Seridó Paraibano; c) Curimataú; d) Sertão de Cajazeiras; e) Depressão do Alto Piranhas; f) Cariri Velhos; g) Serra do Texeiran que correspondia ao Sertão Paraibano. h) Piomonte da Borborema; i) Agreste da Borborema; j) Brejo Paraibano; k) Agro-pastorial do Baixo Paraíba pertencentes ao Agreste Paraibano ; l) Litoral Paraibano correspondendo à mesorregião de João Pessoa (ver Figura 05).





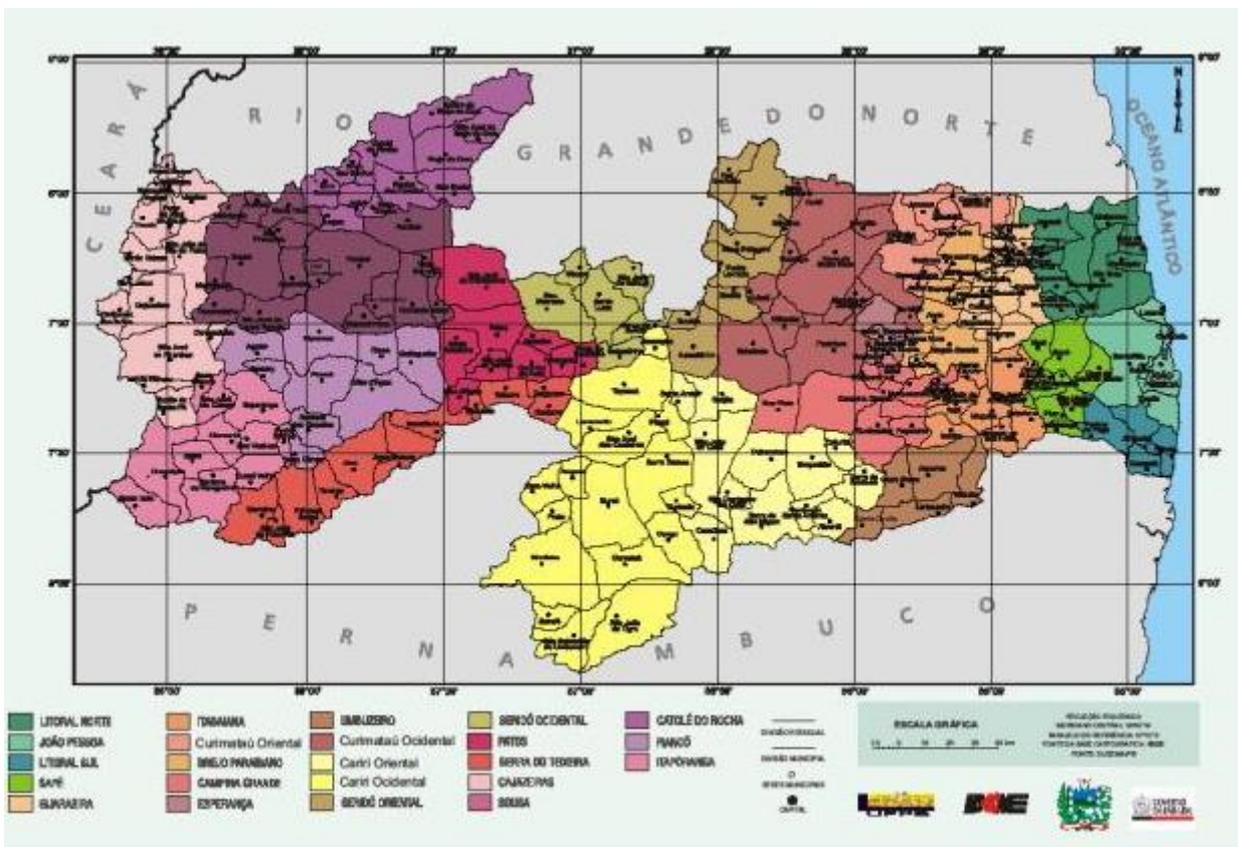
mais clareza sua posição teórica e metodológica, isto posto, se chegou as seguintes dimensões-chave: o processo social, o quadro natural e as redes de comunicação e de lugares (IBGE, 2017). Conforme coloca Moreira “Estas três dimensões devem possibilitar que espaço delimitado como Mesorregião tenha identidade regional”(1989, p. 31). Dessa forma a Paraíba foi dividida em quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão (ver figura 06).



**Figura 06 - Mesorregiões do Estado da Paraíba**

Fonte: IDEME, 2022

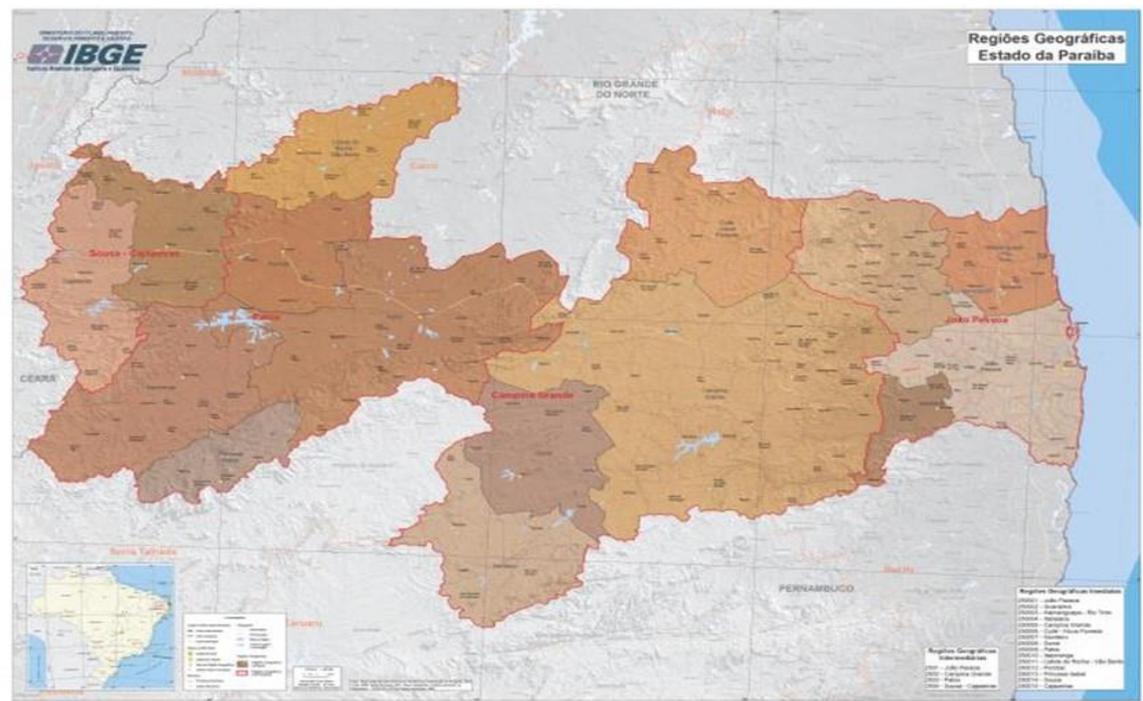
Cada uma dessas Mesorregiões do Estado da Paraíba possui características naturais e socioeconômicas diferentes. Estas mesorregiões também estão subdivididas em regiões menores denominadas de microrregiões, que criam uma escala intermediária entre os municípios e as mesorregiões: Litoral Norte, Sapé, João Pessoa, Litoral Sul, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana, Umbuzeiro, Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Seridó Oriental, Seridó Ocidental, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga, e Serra do Teixeira (ver Figura 07). Estas exprimem uma maior individualização do espaço regional, com o objetivo de evidenciar as particularidades.



**Figura 07 – Microrregiões do Estado da Paraíba**

Fonte: IDEME, 2022

No ano de 2017, a mais nova proposta de regionalização do Brasil modificou de forma importante o quadro regional do país, foi estabelecido a divisão em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. A base dos critérios utilizados foi a mesma do Regic (Região de Influência das Cidades), onde as cidades pólos foram definidas a partir da hierarquia urbana, levando assim tanto a delimitação das regiões quanto a nomenclatura de cada uma das regiões. “A proposta de regionalização do território brasileiro foi baseada na identificação de cidades-polo e dos municípios a elas vinculados” (IBGE, 2017 p.19). O Estado da Paraíba possui quatro Regiões Intermediárias, sejam elas: João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa-Cajazeiras, ou seja, a cidade passa ser também o nome da região, em alguns casos duas cidades nomeiam uma mesma região (ver figura 08).



**Figura 08 – Regiões Intermediárias e Imediatas**

Fonte: IBGE, 2017

Seguindo os mesmos critérios, cada Região Intermediária se subdivide em Regiões Imediatas, obedecendo a uma diretriz que vem desde os anos 1970 que estabelece esse nível intermediário entre municípios e a regionalização maior do estado. Nesse caso são as Regiões Intermediárias, contudo essas regiões também funcionam como uma “escala do meio”, nesse caso entre as Regiões Imediatas e as Unidades da Federação, por isso a alcunha de “Intermediárias”. Essa forma de denominar as regiões veio de outro tipo de organização do território brasileiro, a Divisão Urbano-Regional, que também partiu das Regiões de Influência das Cidades, o que diferencia ambas da regionalização de 2017, é o fato de

(...) que nenhum desses estudos respeita os limites das Unidades da Federação. Para a delimitação das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, no entanto, isso não era aplicável, uma vez que tais regiões têm como restrição os limites das Unidades da Federação (IBGE, 2017 p. 22).

Dada esta informação, podemos perceber que a nomenclatura adotada funciona a partir de uma perspectiva formal. A ideia de Imediata e Intermediária é dada pela função que ocupa em uma relação escalar dentro da dinâmica regional, e a utilização das cidades de maior importância dentro da divisão utilizada pelo REGIC (2008). Comprendemos dessa forma que

a centralidade urbana é base principal em que se fundamenta essa nova divisão regional, e pela primeira vez se desconsidera como um dos seus elementos o meio natural. Desta vez o campo não aparece em sua relação dialética com a cidade, mas sim como subordinado à dinâmica urbana. Não havendo um peso maior na configuração regional, o espaço agrário e suas relações sociais intrínsecas não aparecem, sendo única menção aos fluxos de produção do agronegócio. Ademais, como bem podemos destacar:

As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas [...] As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade (IBGE, 2017 p. 20).

O número de Regiões Imediatas não é fixo, depende de quantas cidades pertencem a determinada hierarquia urbana. Portanto, temos a seguinte divisão do Estado da Paraíba, segundo as novas Regiões Geográficas:

- a) Região Intermediária de João Pessoa, formada pelas Regiões Imediatas de João Pessoa, Guarabira, Mamanguape - Rio Tinto e Itabaiana;
- b) Região Intermediária de Campina Grande, formada pelas Regiões Imediatas de Campina Grande, Cuité-Nova Floresta, Monteiro e Sumé;
- c) Região Intermediária de Patos, formada pelas Regiões Imediatas de Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha-São Bento, Pombal e Princesa Isabel;
- d) Região Intermediária de Sousa-Cajazeiras, formada pelas Regiões Imediatas de Sousa e Cajazeiras;

Para uma melhor compreensão de como se deu essa divisão no estado da Paraíba, é necessário lembrar que a hierarquia urbana local está dividida da seguinte forma: Capital Regional A – João Pessoa; Capital Regional B – Campina Grande; Centro sub-regionais A – Cajazeiras, Guarabira, Patos e Sousa; Centro sub-regional B – Itaporanga; Centros de Zona A – Catolé do Rocha, Itabaiana, Mamanguape, Monteiro, Pombal e São João do Rio do Peixe; Centros de Zona B – Araruna, Desterro, Piancó, Santa Luzia, Sapé, Sumé e Uiraúna (IBGE, 2008). Os demais municípios do estado se encontram no nível mais baixo da referida hierarquia urbana, que é o Centro Local, que sua influência se limita ao próprio município, não possuindo centralidade que atraia uma rede de fluxos para esta cidade.

Essa divisão foi realizada com base na hierarquia urbana do estado da Paraíba, não considerando a influência de cidades de outros estados para esta divisão, ainda que seja importante para a configuração da rede urbana, como por exemplo, a cidade de Recife que

exerce influência, segundo esse estudo, em praticamente toda Paraíba. Como podemos observar, esses níveis de centralidade coincidem quase totalmente com a hierarquia urbana, mas é importante ressaltar algumas exceções.

A primeira ser considerada é a Região Imediata de Mamanguape e Rio Tinto, a primeira é considerada um Centro de Zona A, enquanto Rio Tinto é apenas um Centro Local, não exercendo nenhuma centralidade para além dos seus limites municipais. Então cabe se questionar o porquê dessa escolha, como uma hipótese podemos apontar a existência de parte do Campus IV da UFPB, dividido entre esses dois municípios, contudo sem afirmar categoricamente, uma vez que inexistente um material que explique os procedimentos específicos para a Paraíba, apenas o relatório nacional. Por esse mesmo motivo e ainda sem uma possível explicação, temos o caso da Região Imediata de Cuité- Nova Floresta, essa em específico nenhum desses dois municípios está em um nível superior da hierarquia urbana, ambos são Centros Locais, e não existe nenhum indicativo que estes têm uma posição de centralidade superior aos demais municípios dessa Região, notadamente Picuí, que em termos populacionais, é o maior da região.

Cabe salientar em que posição se encontram os municípios que anteriormente pertenciam à microrregião do Brejo que estão divididos entre duas Regiões Intermediárias, por efeito, o mesmo ocorre com as Regiões Imediatas, aqueles municípios dentro da Região Intermediária de Campina Grande, pertencem à Região Imediata de mesmo nome, já os que estão na Região Intermediária de João Pessoa, fazem parte da Região Imediata de Guarabira. Com isso os municípios que antes pertenciam ao Brejo Paraibano e conseqüentemente à mesorregião do Agreste passaram a serem divididos entre a Região Intermediária de João Pessoa e a de Campina Grande, sendo que a primeira agregando os municípios de Bananeiras, Borborema, Pilões e Serraria e a segunda os municípios de Alagoa Grande, Matinhas, Areia e Alagoa Nova.

Com essa nova proposta das Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, a Região Imediata funciona a partir de sua rede urbana, ou seja, seu principal critério para sua definição:

Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo

duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como por atendimento do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários entre outros. (IBGE, 2017, p. 20).

Nesse contexto, além da referência direta ao Brejo desaparecer e ser incorporada a outros espaços sub-regionais, existe a ausência na discussão teórica e metodológica de outros atributos que não sejam a hierarquia urbana e a constituição das redes a partir dessa. Ficando assim limitado a poucos aspectos da realidade, os elementos físicos não são citados, como também qualquer menção à como a organização do espaço agrário influenciou em algum nível essa regionalização.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do exposto e com esse panorama estabelecido, podemos chegar à conclusão que entre o final do século XIX até meados do século XX, o contexto das divisões regionais para Paraíba, sejam elas produto de trabalhos individuais ou produto de uma política de estado a partir de instituições como o IBGE, se pautaram no que havia de consenso científico na época em torno do conceito de região.

A predominância da ideia de Região Natural não era uma mera coincidência, mas sim o que se tinha produzido até aquele momento na Geografia brasileira sob forte influência da Geografia francesa, como também a compreensão de que os critérios utilizados tinham que atender a determinado objetivo, sejam eles de ordem política ou econômica. Pensar a divisão no período trazia sobretudo a ideia de conter um parâmetro estabelecido e o meio físico garantia uma estabilidade temporal, visto que os fenômenos naturais não são mutáveis no mesmo ritmo que os fenômenos históricos. As sucessivas tentativas de regionalização representam as necessidades de uma organização do território brasileiro e por conseguinte paraibano, de uma busca por um ordenamento territorial que atendesse aos mais variados objetivos, sejam políticos ou econômicos.

Dessa forma, percebemos também que a nova regionalização, diferente das anteriores, limita-se à apenas alguns aspectos da realidade, os elementos físicos não são levados em consideração, como também qualquer alusão à como a organização do espaço agrário e se o mesmo influenciou em algum momento essa nova divisão regional.



## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem do Nordeste. São Paulo, **Livraria Editora Ciências Humanas**, 1980.

IBGE, REGIC. Regiões de influência das cidades. Disponível em: Acessado em: agosto de 2021. **IBGE**, 2008.

IBGE, Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / **IBGE, Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JOFFILY, Irineo. Notas sobre a Parahyba. Rio de Janeiro: **Typographia do jornal do Commercio**, 1892.

MATOS, Fábio de Oliveira. A regionalização brasileira na primeira metade do século XX. **Sociedade e Natureza** Uberlândia, MG v.31, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/46576/25629>. Acesso em: 05/08/2021.

MELO, Mário Lacerda de. Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco. Recife: **SUDENE**, 1988.

MELO. Paisagens do Nordeste em Pernambuco e na Paraíba. Recife: **Cepe editora**, 2004.

MOREIRA, Emília de Rodat F. Mesorregiões e Microrregiões: delimitação e caracterização. **GAPLAN**, João Pessoa, 1989.

MOREIRA, Emília de Rodat F. Evolução do processo de produção do Espaço Paraibano. João Pessoa. **Cadernos do NIHDR**, n 23, 1990.

MOREIRA, & TARGINO, Ivan & Emília R.F. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: **Universitária**, 1997.